

“O MESMO” E “O NOVO”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA/NA OBRA “CONTOS NEGREIROS”

Américo Paes Landin Neto¹

“Forte”, “agressivo”, “viril”, “violento”, “pau grande” e “bom de cama”. Note como tudo aquilo que se diz repetidas vezes sobre o sujeito negro acaba fixando um sentido que idealiza uma imagem que é reforçada pela história colonialista, construindo, assim, uma figura sexual e fisicamente potente. Por outro lado, a figura do homem homossexual é regularmente associada a estereótipos femininos ligados à delicadeza e à fragilidade, quando não, associam-nos a comportamentos relacionados à promiscuidade sexual. Isto diz muito sobre a forma como somos vistos/interpretados.

A obra “Cantos negreiros”, base material para esta análise, é um livro de ficção escrito por Marcelino Juvêncio Freire, publicado pela Editora Record, em 2005, e ganhadora do prêmio Jabuti em 2006. A obra é dividida em 16 (dezesseis) – autointitulados – cantos, alguns podendo ser lidos como crônicas outros como contos. Nela, o autor parece representar o povo negro a partir do seu olhar aos marginalizados, como se tentasse compor a cara, a cor, o jeito...o corpo do Brasil.

Começamos por dizer que, na obra “Cantos negreiros”, livro de Marcelino Freire, todas as vezes que um personagem aparece interseccionalizado nas condições negra e gay, de imediato, uma associação sexual é acionada. Por isso, nos propomos a investigar, como e por que essa associação negra, gay e sexo é acionada. Além disso, questionamos: Como se dá a (re)criação de personagens na obra? ou melhor; Como essa (re)criação pode representar sujeitos-reais? Para responder a essas perguntas fizemos recortes de 3 dos contos (“Coração”, “Meus amigos Coloridos” e “Meu negro de estimação”) onde o negro e gay aparecem interseccionalizados. O corpus que compõe nosso material analítico, então, é o seguinte:

SD01 - Canto VIII “**Célio conheceu Beto na estação de trem, em setembro. Moreno² bonito. Célio acariciou o membro de Beto no aperto vespertino, no balanço ferroviário. Beto gozou na mão do viado. Encabulado mascou seu chiclete, desceu e nem olhou pra trás, para Célio. Célio feliz por um certo tempo. A gosma entre os dedos. A porra a gente esconde no ferro, debaixo do banco**”.

SD02 - Canto XIII “**Enquanto o arquiteto sumiu na bateria, fiquei pensando. Tenho certeza que agora, finalmente, conheci o amor da minha vida. Meu primeiro amor, depois de tantos anos. Falo daquele negronegronegreiro ali, rebolando.**”

¹ Licenciado em Letras- português e Literaturas(UNEB), mestrando em Ciências humanas e Sociais- PPPGCHS(UFOB).

² Tomamos, aqui, moreno como um sinônimo possível adotado pelo autor para uma suposta amenização da carga semântica que a palavra negro ou preto pudesse trazer e/ou uma forma “carinhosa” da personagem (ou, talvez, do autor num processo de identificação) se referir ao personagem racializado por quem passou a nutrir um sentimento, que interpretamos, aqui, como uma forma de negar a sua identidade. É como se dissesse “você não tem nada a ver com os verdadeiros pretos. Você não é negro, é [só] excessivamente moreno” (Fanon, 2018, p. 73).

SD03 - Canto XV **“Meu homem me obedece e me respeita. Por incrível que pareça, mesmo quando me põe de quatro, me machuca, me prende à vara da cama. Quando me chicoteia. Meu homem diz que serei seu escravo a vida inteira”.**

Uma busca de interpretação possível para responder à questão que propomos acima está diretamente ligada à necessidade de revisitarmos produções literárias canônicas. Se assim fizermos (e, aí, recomendo ao leitor que, em outro momento, realmente faça com esse olhar), veremos que o negro e o gay quase nunca aparecem, e, quando aparecem, estão sempre em posição de subserviência, promiscuidade e/ou marginalidade. Embora alguns dos contos dessa coletânea reforcem, ainda, essa representação, é dado a esses personagens, no entanto, uma certa posição de destaque. Não são, ainda, protagonistas das narrativas (porque o protagonista é o narrador personagem), mas são postos numa posição de personagem-núcleo-do-protagonismo. Ou seja, o protagonista sempre fala dele, logo ele se localiza também como o núcleo da história junto à personagem principal, fazendo-nos pensar na ruptura desses padrões historicamente estabelecidos.

Para responder às perguntas que nos conduzem nessa investigação, precisamos entender que “[...] as características biológicas ou culturas só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas, portanto políticas e econômicas” (Almeida, 2021, p. 55-56). Temos, então, nessa RP e, portanto, nas SD que selecionamos, um corpo masculino sob dois sistemas de opressão. Um enraizado na história colonialista, outro no sistema patriarcal. A encruzilhada entre biologia e cultura, já que “o elemento central para as classificações de cor e sexo é a distribuição, socialmente aprovada, de atributos relativos a cada uma dessas posições” (Alves, 2004 p. 357). Para entendermos, então, como o imaginário socialmente construído sobre um corpo interseccionalizado nessas condições produz efeitos de sentido, precisamos, antes, entendê-lo sobre duas unidades: raça e sexualidade. Para isso, faremos uma caminhada pelo percurso historiográfico das suas construções identitárias. Pedimos, caro leitor, que não perca de vista nosso material de análise, uma vez que, é, extremamente necessário que o rememoremos durante esse trajeto. Caminhemos.

Partimos da premissa formulada por Fanon (2008) na introdução do livro “Pele negra máscara branca”, de que “[...] o negro não é um homem” (Fanon, 2008, p. 26); ele não deve ser visto separado da sua raça, o negro é, acima de tudo, “um homem negro” (Fanon, 2008, p. 26) e, por isso, veremos, aqui, antes de pensá-lo em sua “condição” sexual, o Homem-Negro como uma unidade. Um único ser, um sujeito racializado .

Talvez o ponto inicial para entendermos a forma como o sujeito racializado é visto em solo brasileiro seja, antes, perpassar pela consciência de que, há pouco menos de 200 anos, vivíamos sobre domínio colonizatório europeu. O crivo do colonizador determinava e subjugava, sob uma ótica europeia, as capacidades dos sujeitos. “Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram uma ideia específica de raça” (Almeida, 2021, p. 25). Ou seja, por “de trás” do que chamamos de

raça, hoje, há um complexo histórico de existência humana e construção do europeu como o “homem universal”, que desconsiderou, sob uma ideia forçosamente inventada de determinismo biológico/geográfico, qualquer sujeito que fugisse do ideal europeu.

Do século XVI ao XIX, o Brasil passou por um longo processo de escravatura. Negros dos mais distintos lugares do continente africano eram raptados no intuito de serem transformados em escravos. Aqui, na colônia portuguesa, os mercadores negreiros expunham suas “mercadorias” humanas, como quem, amparado pelas engrenagens luso-tropicais, beneficia-se do sistema de produção racial. Os negros, praticamente nus, eram manuseados, apalpados, seus órgãos genitais avaliados e, quando agradavam os feitores, comprados. Lá, no seio do continente-mãe, era tudo diferente. Aqui, extirparam suas culturas, crenças, suas formas de ver o mundo, estabelecendo relações de poder hierarquizadas que desconsiderariam suas subjetividades e estruturariam uma lógica eurocêntrica judaico-cristã. Desta forma, o discurso fundador (Orlandi, 2001) que se arraigou, é o de que a “pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência” (Almeida, 2021, p. 29). Logo, sujeitos negros foram considerados, portanto, primitivos; animais. Desta forma, diz-se do “eu” que

a escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente, no contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam (Freyre, 1998 p. 207).

A expansão colonial enraizou, no novo mundo, um discurso que legitimou e fez do racismo uma peça central do quebra-cabeça das subjetividades humanas. A travessia do Atlântico fez brotar, na “nova terra”, uma heterogeneidade de sujeitos e um juízo de estereótipos que fez de alguns corpos alvos sistemáticos de discriminação.

Desta forma, dizemos que, desde que os negros foram brutalmente e forçosamente retirados de África e trazidos para serem escravizados neste solo, que hoje chamamos de Brasil, passamos por um processo de avaliação de identidades, cultura, raça e de nossos corpos. Aqui, comercializados e atribuídos a nós um valor significativo de nossas capacidades, o racismo foi base fundamental para a avaliação que poderia variar desde tributos relacionados da força física à capacidade sexual, num processo escancarado de objetificação sexual de um imaginário libidinal da “raça negra”.

As relações assimétricas de poder estruturalmente estabelecidas na sociedade brasileira têm, alicerçadas nos estereótipos, um racismo que se mascara entre quatro paredes e na cama com o homem negro. Ou melhor, é lá na intimidade que o sujeito negro é subjugado por um potencial pretencioso de performance, atributo e potência sexual que outrora nos tornava comercializáveis em praça pública.

Por outro lado, ou nem tanto assim, o imaginário sobre o sujeito gay está alicerçado em um conjunto de crenças que fogem da marcação de performatividade masculina, ou seja, os sujeitos, nessa condição, estariam contrariando uma norma do que é ser homem, sendo, então, vistos e designados como um

sujeitos anormais ou doentes. Aliás, por muito tempo, as relações homoeróticas entre homens estiveram ligadas ao uso do termo homossexualismo, para classificar, portanto, como uma espécie de doença, necessária de cura e/ou tratamento. Aqui, é necessário dizer que “seremos obrigados a repetir as mesmas palavras do Dr. Pires de Almeida: ‘A pederastia no Brasil carece (ainda) de observação e pesquisa’” (Mott, 1988, p. 20). O termo Pederastia rememora períodos remotos desde a Grécia quando designava a relação erótica e sexual entre um homem e um menino. Até pouco tempo atrás, o termo era usado para designar a Homossexualidade como doença.

No livro “Outsiders: estudo de sociologia do desvio” de 1960, Howard S. Becker desmistifica em certos pontos a ideia de patologia referente à homossexualidade, afirmando que esta prática era mais comum do que se imaginava. Diante disso, Daniel Borrillo, em seu livro “Homofobia: história e crítica de um preconceito” (2010, p. 45), dirá que “a sociedade grega considerava a homossexualidade como legítima”, já que era uma prática iniciativa como um preparo para a vida marital. O autor ainda acrescenta dizendo que,

na Roma Clássica, a homossexualidade era tolerada sob as seguintes condições: não afastar o cidadão de seus deveres para com a sociedade; não utilizar pessoas de estrato inferior como objeto de prazer e, por último, evitar absolutamente de assumir o papel passivo nas relações com os subordinados (Borrillo, 2010, p. 46).

A sociedade brasileira, no entanto, estruturou-se em volta de uma visão europeia. Pouco antes da invasão do Brasil, em Portugal, a homossexualidade era vista como um dos pecados mais sujos, em que seus praticantes eram julgados, castrados e condenados à pena de morte.

Ao chegarem a África, Japão, Índia e ao Brasil, os portugueses encontraram diversos povos e sociedades que praticavam abertamente o homossexualismo, tanto masculino quanto feminino.[...] Nossa sociedade, herdeira da moralidade Judaico-cristã, infelizmente situa-se dentro do grupo minoritário que hostiliza o homoerotismo (Mott, 1988, p. 23)

A sodomia era, então, pecado, abaixo da linha do equador, enquadrada na categoria de nefanda, indigna de falar, um horror. No livro “Escravidão, sexualidade e demologia” (1988), Luiz Roberto de Barros Mott, antropólogo, pesquisador e ativista LGBTQIA, delinea alguns “aspectos marcantes das relações nefandas entre a população de cor da Bahia colonial” (Mott, 1988, p.33), relatando sumariamente algumas práticas sexuais. Contrariando as tolerâncias de Roma clássica, aqui, corpos que fugiam do estereótipo europeu, negros e indígenas escravizados, eram alvos constantes das denúncias relacionadas às chamadas práticas pecaminosas.

Entre ciência e religião, no Brasil do século XX, constata-se que, “até 1984, ainda classificavam oficialmente o homossexualismo como ‘desvio e transtorno sexual’” (Mott, 1988, p. 20), e é nesse contexto que, em 1982, surgem os primeiros casos da epidemia de Aids em solo brasileiro. Não só aqui, como em todo o mundo, a ideia de transmissão estava diretamente relacionada aos sujeitos gays. Estabeleceu-se a ideia de que a identidade desses sujeitos estava relacionada à promiscuidade e que o sexo desenfreado praticado por essa população era causa da epidemia.

No Brasil colônia, a população negra brasileira, como mercadoria, foi, por muito tempo, objeto de prazer sexual do colonizador. Mott (1988, p. 29) dirá que, nas “ligações homoeróticas heterocromáticas nem sempre a iniciativa da relação parte do branco dominador: há casos em que o ‘sedutor’ é da raça inferiorizada”. Em seguida, o autor conta uma situação em que o “mulato escravo da casa” seduziu o filho de um juiz a pecarem em sodomia, levando-nos a confirmar, a partir do próprio uso do termo “seduzir”, que há, no imaginário coletivo, a ideia de que o negro homossexual carrega consigo um estigma que põe seu corpo no vislumbre de práticas sexuais.

No nosso material e portanto nas SDs que selecionamos, percebemos que há uma hipersexualização relacionada ao homem negro e gay, que se faz explícita ao vermos a forma pela qual Marcelino Freire opta por descrever detalhadamente as interações sexuais dos personagens, dando ênfase aos seus fenótipos. Vemos também a opção pela descrição dos atos sexuais explicitados no acariciar do membro de Beto e na ejaculação na mão de Célio e na relação de submissão e obediência entre os personagens branco e negro. Ademais, vemos que o autor enfatiza as características físicas dos personagens na SD01 ao falar sobre a beleza de Beto e, na SD02, ao fazer menção à cor da pele do amante, limitando-os a uma objetificação sexual, e enfatizando o prazer físico em detrimento de aspectos outros.

De maneira mais clara, dizemos que, na SD01, há a descrição de um encontro sexual, em um transporte público entre Célio e Beto. Percebemos uma ênfase nos atributos físicos de Beto (moreno bonito) e nas reações dos personagens, sem, no entanto, atribuir uma fala ou qualquer coisa do tipo ao personagem racializado. Podemos inferir que há, ali, uma forma de objetificação dada à aparência física desse personagem, reduzindo seu corpo a um objeto de desejo sexual. Outra observação, que vale a pena comentar, está na construção que Marcelino Freire faz do personagem núcleo do protagonismo e sua relação com o protagonista num encontro sexual casual. Mesmo sem nunca terem se visto antes ou sem qualquer contexto emocional ou relacional anterior, há, ali, uma relação sexual Gouinag, contribuindo para a hipersexualização do homem negro, já que o corpo de Beto é tratado como um mero objeto de prazer.

Na SD02, Marcelino Freire coloca no narrador-personagem uma descrição do encontro com o “amor à primeira vista” ao encontrar o personagem negro, fazendo questão de ressaltar a cor de sua pele como uma característica marcante e necessária. O termo negro é usado 4 vezes (negronegronegronegro), de forma repetitiva para descrever o outro, o que afirma a redução da identidade dele à forma como seu corpo é lido, além de enfatizar o estereótipo racial que hipersexualiza homens negros. Faz-se necessário notar também que, ao descrever esse sujeito racializado como alguém que está ali “rebolando”, o autor põe nesse corpo uma objetificação sexual, onde é enfatizado seu corpo, novamente limitando a forma como ele é visto.

Também na SD03, talvez de forma mais explícita, vemos uma hipersexualização do homem negro. Nela, vemos descrita uma relação aparentemente BDSM em que o narrador-personagem fala sobre o sujeito negro e sobre como, na cama, ele é submisso ao seu parceiro, mesmo que, fora da cama, o parceiro o obedeça e o respeite. Nesta SD, há uma descrição explícita de relações de submissão e “dor”, em que os

papéis se invertem. Na cama, o negro machuca e chicoteia; fora dela, respeita e obedece, em uma situação que rememora relações entre feitor e capataz. O uso do termo “meu homem” pode ser interpretado como uma forma de controle ou possessão, do personagem branco sobre o sujeito negro. Outra situação que vale a pena ser mencionada nessa SD diz respeito à construção frasal “escravo à vida inteira”, trecho em que vemos reforçado um imaginário estruturalmente estabelecido e relacionado aos homens negros, e que se inverte como se o homem negro colocasse o branco em uma condição que outrora lhe pertencia. Dessa forma, Marcelino Freire constrói uma narrativa na qual há um sujeito dominador sexual perpetuando, explicitamente, o ideal de homem negro como sujeitos sexualmente agressivos, além de dizer que eles, nas relações eróticas inter-raciais, são dominadores e só nesse momento o branco se torna submisso.

Diante do exposto e de toda a condição imaginária à qual um sujeito assim é submetido, chegamos ao ponto égide da discussão, que nos põe junto à afirmação de que estamos falando, portanto, de “códigos sociais que nos obrigam a olhar para os corpos como prenes de significados” (Alves, 2004, p. 357). E é, a partir desse olhar, que passamos a perceber que é atrelado tanto ao homem negro quanto ao homem gay, a partir de uma memória discursiva acionada sobre esses sujeitos, uma objetificação, numa espécie de “inventário da fetichização” (Pinho, 2016), que torna seu corpo atravessado pelos imaginários sobre sua cor e sua sexualidade, um alvo que o relaciona ao sexo, ou por assim dizer, à sexualização exacerbada de seu corpo.

Dizemos, portanto que, quando o autor, (re)cria suas personagens, ele as insere num espaço específico dentro da obra, como se “seu” imaginário, sobre sujeitos reais que os personagens representam, autorizasse essa (re)criação. Dito isto, e para pensar sobre a forma como esse discurso funciona, parecemos necessário mobilizar a noção de Polissemia e Paráfrase, que acreditamos estar presentificados nas SDs. Pois, como bem nos fala Olandi (2020, p. 36), “A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico”. Ou seja, é da natureza do discurso a transgressão sem fuga. Ou melhor, transgredir é teatralizar o “novo” estando sempre apoiado no “mesmo”. É por meio da repetição, ou melhor, das multiplicidades de sentidos anteriores ao sujeito que o novo se estabelece como uma fonte da linguagem, já que “ se os sentidos – e os sujeitos- não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (Orlandi, 2020, p. 36). Acrescentamos, pois, que por mais que esteja ali, de certa forma, proposto o novo, no sentido de que aqueles personagens são representações de “poder”, estando no núcleo do protagonismo, o modo como o novo é posto reforça o estigma dessa representação. Dito de outro modo, ou como a AD melhor diria, entra em funcionamento a Paráfrase, de modo que há, ainda, uma estabilização de sentidos historicamente estabelecidos sobre a corporeidade negra/gay. Apesar de representados na posição de núcleo do protagonismo (o novo), ainda são lidos pelo viés do estigma relacionado a seu corpo (o mesmo).

Nota-se, portanto, que é (re)produzido pela literatura enquanto representação do aparelhos ideológicos (Althusser, [1974] 1980) e, por consequência, pelos sujeitos que compartilham desse imaginário ou que fazem parte de uma estrutura que (re)apresenta esse imaginário, uma hipersexualização que

visualiza uma performance sexual. Deste modo, tudo que já foi dito (pela história, pelos sujeitos, pelas estruturas...) sobre os sujeitos negros e sobre os sujeitos gays, encontra-se materializado nas sequências discursivas entre o já dito pela história e o que está sendo dito na obra, ou melhor nas SD que analisamos, tornando-se mais perpetuado quando encontramos um sujeito nessa encruzilhada do pertencimento. Um sujeito nas duas condições de existência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2021.
- ALTHUSSER, Louis. [1970] **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.
- ALVES, Andréa Moraes. Algumas reflexões sobre sexo, idade e cor. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 357-364, set./dez. 2004.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. São Paulo: Autêntica, 2010.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.
- FREIRE, Marcelino. **Contos negreiros**. São Paulo: Record, 2005.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v. 20 n. 2 p. 1-19, 2021.
- MOTT, Luiz. **Escravidão, homossexualidade e demonologia**. São Paulo: Icone, 1988
- ORLANDI, Eni P. Texto e discurso. **Organon**, Porto Alegre, RS, v. 09, n. 23, p. 109- 116, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **Texto e discurso**. 13. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, M. [1975] **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.
- PÊCHEUX, M. [1969] Análise automática do discurso. *In*: GADET, F. HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pechêux**. Trad. Bethania S. Mariani *et al.* 2. ed. Campinas : Editora da UNICAMP, 1993. p. 61-161.
- PINHO, O. Race Fucker: representações raciais na pornografia gay. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 38, p. 159-195, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645036>. Acesso em: 1 ago. 2023.